Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

f.lopes

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, a administração da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.22	31.12.21
Ativo circulante		**76.401**	**22.726**
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.242	15.724
Contas a receber	5	23.001	2.783
Estoques		67	1.104
Créditos com partes relacionadas	20	7.723	2.208
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		28	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	1.957	456
Outros ativos		383	451
Ativo não circulante		**25.824**	**6.077**
Realizável a longo prazo		**1.514**	**-**
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	1.511	-
Outros ativos		3	-
Imobilizado	8	**17.565**	**6.077**
Intangível	9	**6.745**	-
TOTAL DO ATIVO		**102.225**	**28.803**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.22	31.12.21
Passivo circulante		**41.324**	**8.788**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	4.103	1.504
Fornecedores	11	32.465	6.276
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.a	2.012	117
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.999	230
Obrigações com partes relacionadas	20	33	67
Arrendamentos	13	358	415
Outros passivos		354	179
Passivo não circulante		**1.751**	**1.518**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	67	-
Arrendamentos	13	1.356	1.518
Planos de benefícios pós emprego e outros benefícios	19	328	-
TOTAL DO PASSIVO		**43.075**	**10.306**
Patrimônio líquido		**59.150**	**18.497**
Capital social	14	75.954	75.954
Capital a integralizar	14	(34.943)	(74.943)
Reservas de capital	14	18.989	18.989
Prejuízos acumulados		(850)	(1.503)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**102.225**	**28.803**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**981**	**(1.503)**
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	(328)	-
Resultado abrangente do exercício	**653**	**(1.503)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	**4.673**	**(1.386)**
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	1.431	-
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	2.425	19
Mudanças em provisões passivas (Fornecedores)	8.614	2.746
Despesas de juros com arrendamentos	274	-
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(22.643)	(2.802)
Estoques	1.037	(1.104)
Tributos a recuperar	(3.039)	(456)
Outros ativos	(5.449)	(2.658)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	2.666	1.504
Fornecedores	8.226	(615)
Impostos, taxas e contribuições	1.583	230
Outros passivos	141	246
	(4.734)	**(2.890)**
Caixa líquido aplicado nas operações	**(61)**	**(4.276)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.613)	-
Juros pagos	(274)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(1.948)**	**(4.276)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos por alienação de sociedades (nota 1)	40.000	-
Aquisições de imobilizado e intangível	(10.265)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**29.735**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos financeiros	(269)	-
Recebimentos para aumentos de capital pelos acionistas	-	20.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(269)**	**20.000**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**27.518**	**15.724**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**15.724**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**43.242**	**15.724**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	**56.046**	**2.546**
Custos dos serviços prestados	16	(32.602)	(3.201)
Lucro (prejuízo) bruto		**23.444**	**(655)**
Despesas operacionais		**(27.105)**	**(2.140)**
Despesas com comercialização	16	(15.849)	(696)
Despesas gerais e administrativas	16	(10.383)	(1.439)
Outras despesas, líquidas		(873)	(5)
Prejuízo operacional		**(3.661)**	**(2.795)**
Resultado financeiro, líquido	17	8.334	1.409
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		**4.673**	**(1.386)**
Imposto de renda e contribuição social	6.b	(3.692)	(117)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**981**	**(1.503)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Aporte de Capital à vista pela TI&BDT em Nov-21	20.000	-	-	-	20.000
Aporte de Capital em parcelas a realizar pela TI&BDT	55.954	18.989	(74.943)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.503)	(1.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**75.954**	**18.989**	**(74.943)**	**(1.503)**	**18.497**
Aporte de Capital à vista pela TI&BDT em Jun-22 e Dez-22	-	-	40.000		40.000
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	-	(328)	(328)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	981	981
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**75.954**	**18.989**	**(34.943)**	**(850)**	**59.150**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "IoTCo"), com sede na Alameda Xingu, nº 200, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração de projetos, *outsourcing* e prestação de serviços relacionados à *internet* das coisas, tecnologia da informação e comunicação, inovação e *Big Data*, Inteligência Artificial e *Blockchain*; a exploração de serviços de *marketing* e publicidade e consultoria; gerenciamento e prestação de serviços de reparação, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática; importação, exportação e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das suas atividades; desenvolvimento, licenciamento e sublicenciamento de *softwares* ou aplicativos de qualquer natureza (próprios ou de terceiros); prestação de serviços de monitoramento, administração e gerenciamento de segurança lógica, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), que detinha 500.200 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R$100,00 (Cem Reais), porém sem atividades operacionais.

As atividades operacionais da Companhia iniciaram-se a partir de 1º de novembro de 2021.

Em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da TBrasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia para a Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TI&BDT"), controlada direta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação possibilitou o desenvolvimento da Companhia como uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT* e *Big Data* para B2B, visando alavancar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidades de crescimento dos negócios neste segmento. Inclui ainda, a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a TBrasil atuará como canal de vendas exclusivo da Companhia.

Esta Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia, gerando valor a seus acionistas através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis no patrimônio líquido da Companhia, decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

Eventos	R$ mil
Subscrição de capital à vista pela TI&BDT - Capital Social (1)	20.000
Subscrição de capital em parcelas pela TI&BDT - Capital Social (1)	55.954
Subscrição de capital em parcelas pela TI&BDT- Reservas de Capital (1)	18.989
Valor presente do aumento de capital a integralizar pelo TI&BDT (1)	(74.943)
Patrimônio líquido da IoTCo Brasil em 01/11/21, após o *closing*	**20.000**

(1) Subscrição de capital realizado pela TI&BDT, com a emissão de 499.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia por um preço de emissão total de R$94.943, sendo R$20.000 integralizado no *closing* e R$74.943 em parcelas até outubro de 2024.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2021, a Companhia passou a ser controlada pela TBrasil, com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Como as atividades operacionais da Companhia iniciaram-se a partir de 1º de novembro de 2021, estas demonstrações financeiras não são comparáveis, pois comparam períodos de um mês em 2021 e doze meses em 2022.

A Diretoria, em reunião realizada em XX de março de 2023, autorizou e aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda, os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável são reconhecidos no resultado foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 16).

d) Tributos

d.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

d.2) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) pela Companhia, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar os benefícios destes.

d.3) Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

f) Arrendamentos (Direito de uso)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 6 (R2).

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de imóveis.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

h) Pessoal, encargos e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações estão descritos na nota 18.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 16).

i) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais.

k) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

l) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

m) Instrumentos financeiros

m.1) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros a custo amortizado; e (iii) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

m.2) Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e obrigações com partes relacionadas.

m.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

n.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

n.2) Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

n.3) Arrendamentos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

n.4) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

n.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.22	31.12.21
Caixa e bancos	108	400
Aplicações financeiras	43.134	15.324
Total	**43.242**	**15.724**

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

5. CONTAS A RECEBER

	31.12.22	31.12.21
Serviços a clientes	17.883	2.480
Partes relacionadas (nota 20)	7.085	322
Contas a receber bruto	**24.968**	**2.802**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.967)	(19)
Contas a receber, líquido	**23.001**	**2.783**

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	31.12.22	31.12.21
A vencer	15.046	2.389
Vencidas - 1 a 30 dias	4.797	392
Vencidas - 31 a 60 dias	2.021	2
Vencidas - 61 a 90 dias	172	-
Vencidas - 91 a 120 dias	621	-
Vencidas - mais de 120 dias	344	-
Total	**23.001**	**2.783**

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 16)	(19)
Saldo em 31.12.21	**(19)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 16)	(2.425)
Baixas	458
Saldo em 31.12.22	**(1.967)**

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda	1.479	83
Contribuição social	533	34
Total	**2.012**	**117**

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021 (1)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	4.673	(1.386)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.589)	471
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituidos (2)	(2.145)	(589)
Despesas indedutíveis	(5)	(9)
Outras exclusões	47	10
Débito tributário corrente	**(3.692)**	**(117)**

(1) Compreende o período de novembro e dezembro de 2021.

(2) Referem-se a tributos diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos, tais como: provisões de fornecedores, participação de empregados nos resultados, perdas estimadas ao valor recuperável das contas a receber e de ajuste a valor presente de contratos de arrendamento.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31.12.22	31.12.21
ICMS	1.699	304
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.255	31
PIS e COFINS	482	121
Outros	32	-
Total	**3.468**	**456**
Circulante	1.957	456
Não circulante	1.511	-

8. IMOBILIZADO

Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Equipamentos de rede	Equipamentos de informática	Outros ativos imobilizados (1)	Bens e obras em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	**10,00**	**20,00**	**2,5 a 25,00**		
Saldos e movimentações:					
Adições	1.406	247	3.533	891	6.077
Saldo em 31.12.21	**1.406**	**247**	**3.533**	**891**	**6.077**
Adições	8.322	2.803	792	770	12.687
Transferências líquidas	2	16	(18)	-	-
Depreciação (nota 16)	(325)	(287)	(587)	-	(1.199)
Saldo em 31.12.22	**9.405**	**2.779**	**3.720**	**1.661**	**17.565**
Em 31.12.21					
Custo	1.406	247	3.533	891	6.077
Total	**1.406**	**247**	**3.533**	**891**	**6.077**
Em 31.12.22					
Custo	9.730	3.066	4.308	1.661	18.765
Depreciação acumulada	(325)	(287)	(588)	-	(1.200)
Total	**9.405**	**2.779**	**3.720**	**1.661**	**17.565**

(1) Inclui os saldos líquidos de arrendamento de R$1.578 e R$1.934 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

As adições dos bens do ativo imobilizado de 2021, ocorreram durante o mês de dezembro de 2021 e, de acordo com a política da Companhia, a depreciação foi iniciada no mês subsequente.

9. INTANGÍVEL

Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Softwares	Softwares em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)	**20,00**		
Saldos e movimentações:			
Adições	6.820	157	6.977
Transferências líquidas	157	(157)	-
Amortização (nota 16)	(232)	-	(232)
Saldo em 31.12.22	**6.745**	**-**	**6.745**
Em 31.12.22			
Custo	6.977	-	6.977
Depreciação acumulada	(232)	-	(232)
Total	**6.745**	**-**	**6.745**

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.22	31.12.21
Encargos e benefícios sociais	1.749	1.261
Participação de empregados nos resultados	2.226	176
Salários e remunerações	128	67
Planos de remuneração em ações (nota 18)	67	-
Total	**4.170**	**1.504**
Circulante	4.103	1.504
Não circulante	67	-

continua

Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

11. FORNECEDORES

	31.12.22	31.12.21
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 20)	10.906	3.735
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias) - Terceiros	21.559	2.541
Total	**32.465**	**6.276**

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.22	31.12.21
PIS e COFINS	1.253	176
ICMS	358	-
ISS, IPI e outros	388	54
Total	**1.999**	**230**

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia atua como arrendatária de contratos de arrendamento de imóveis.
A seguir, apresentamos os saldos e cronograma dos arrendamentos a pagar.

	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	2.185	2.588
Despesa financeira não realizada	(471)	(655)
Valor presente a pagar	**1.714**	**1.933**
Circulante	358	415
Não circulante	1.356	1.518

A seguir, apresentamos a aging dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

2023	358
2024	421
2025	484
2026	451
Total	**1.714**

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

Saldos em 31.12.21	**1.933**
Ingressos	49
Encargos financeiros	274
Pagamentos - principal	(268)
Pagamentos - encargos	(274)
Saldos em 31.12.22	**1.714**

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 14,48%, com prazo médio de vencimento de 3,83 anos.
O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.
As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por Companhias com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
Em 26 de outubro de 2021, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento das ações na proporção de 1:5.002, por meio do qual cada ação ordinária passou a ser representada por 5.002 (cinco mil e duas) ações, sem alteração no valor do capital social, passando este a ser representado por 500.200 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo montante de R$100,00 (Cem Reais).
Em decorrência da Operação descrita na nota 1), em 1º de novembro de 2021, houve um aporte de capital de R$94.943 (R$20.000 integralizado no *closing* e R$74.943 em parcelas até outubro de 2024), sendo R$75.954 em capital social e R$18.989 em reservas de capital, realizado pela TI&BDT, com a emissão de 499.800 novas ações.
Desta forma, o capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R$75.954, representado por 1.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 500.200 ações ordinárias de titularidade da TBrasil e 499.800 ações ordinárias de titularidade da TI&BDT.
b) Reservas de Capital
Em decorrência da Operação descrita na nota 1), em 1º de novembro de 2021, houve um aporte de capital de R$18.989, a ser realizado pela TI&BDT, nota 14.a).
c) Capital a integralizar
Refere-se ao montante de R$74.943 a ser integralizado em parcelas pela TI&BDT até outubro de 2024. Em junho e dezembro de 2022, a TI&BDT integralizou um total de R$40.000.
Conforme descrito na nota 1.a), a TI&BDT tinha a obrigação de integralizar o montante de R$74.943, em decorrência da emissão de 499.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da IoT Co Brasil. Em junho e dezembro de 2022, a TI&BDT integralizou um total de R$40.000, restando o montante de R$34.943, previsto para ser integralizado até outubro de 2024.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021 (1)
Receita operacional bruta	**63.379**	**2.856**
Serviços	63.379	2.856
Deduções da receita operacional bruta	**(7.333)**	**(310)**
Tributos (PIS, COFINS e ISS)	(7.333)	(310)
Receita operacional líquida	**56.046**	**2.546**

(1) Compreende o período de novembro e dezembro de 2021.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021 (1)
Serviços de terceiros	(28.420)	(2.895)
Pessoal	(22.380)	(2.110)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(2.425)	(19)
Custo das mercadorias vendidas	(3.695)	-
Aluguéis e condomínio	(271)	(95)
Depreciação e amortização (2)	(1.431)	-
Outros custos e despesas	(212)	(217)
Total	**(58.834)**	**(5.336)**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(32.602)	(3.201)
Despesas com vendas	(15.849)	(696)
Despesas gerais e administrativas	(10.383)	(1.439)
Total	**(58.834)**	**(5.336)**

(1) Compreende o período de novembro e dezembro de 2021.
(2) Em 31 de dezembro de 2022, inclui R$405 referente à depreciação de arrendamentos.

17. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2022	2021 (1)
Receitas de aplicações financeiras	2.319	211
Juros sobre os valores a receber da TI&BDT (notas 1.a e 20)	6.515	1.208
Encargos sobre arrendamentos (nota 13)	(274)	-
Outras despesas financeiras	(226)	(10)
Total	**8.334**	**1.409**
Receitas financeiras	8.834	1.419
Despesas financeiras	(500)	(10)
Receitas financeiras, líquidas	**8.334**	**1.409**

(1) Compreende o período de novembro e dezembro de 2021.

18. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefônica S.A. ("Telefônica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.
A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.
O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).
Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,3850 euros.
Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados a seguir:
• *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global:
Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefônica.
• *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.446 ações da Telefônica.
• *Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica: Plano 100*
Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).
Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.
O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.
A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.
Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").
A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras empresas do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.
O valor justo dos ativos do plano Visão (planos Visão Telefônica e Visão Multi que, por similaridade, são demonstrados aqui em conjunto sob a denominação única de plano Visão) é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).
Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos do plano Visão estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.
A administradora do plano de benefícios Visão patrocinado pela Companhia (VisãoPrev) procura efetuar o casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.
Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2022, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.
Os ganhos e perdas atuariais gerados são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).
A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão e Assistência médica - Lei 9.656/98.
a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Plano Visão
A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência pós-emprego, o plano Visão, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.
A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (plano híbrido) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, o plano Visão, o qual possuía 35 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.
O plano é viabilizado através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.
As contribuições ao plano Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.
Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.
b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98
A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 32 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.
Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.
Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.
A seguir, apresentamos o passivo atuarial dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego:
Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Passivos (ativos), líquidos em 31.12.22		
	Planos de previdência pós-emprego	Assistência médica - Lei 9.656/98	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	63	323	386
Valor justo dos ativos dos planos	(101)	-	(101)
Passivo não circulante	**(38)**	**323**	**285**
Limitador dos ativos	43	-	43
Passivo não circulante	**5**	**323**	**328**

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2022		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos atuariais	(38)	323	**285**
Efeito limitador	43	-	**43**
Total	**5**	**323**	**328**

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:
a) Prestação de serviços de soluções IOT, serviços de consultoria, suporte técnico, revenda de mercadorias.
b) Repasses a serem recebidos por serviços prestados pela subsidiária incluídos na fatura da TBrasil.
c) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
d) Aluguel de imóveis.
e) Manutenção e desenvolvimento de sistemas.
f) Juros sobre os valores a receber da TI&BDT em decorrência ao valor a integralizar (nota 1).
g) Aquisição de mercadorias para revenda e ativo fixo.
h) Serviços de dados contratados.
Conforme descrito na nota 19, a Companhia é patrocinadora de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev.
A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2022

		Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado	
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Créditos com partes relacionadas	Fornecedores	Obrigações com partes relacionadas	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
	a) / b) / c) / d)							
Telefônica Brasil		7.085	-	10.651	33	3.195	(9.870)	(6)
Telefônica IoT & Big Data Tech	e) / f)	-	7.723	60	-	-	299	6.515
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	h)	-	-	195	-	-	(119)	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	g)	-	-	-	-	49	(362)	-
Total		**7.085**	**7.723**	**10.906**	**33**	**3.244**	**(10.052)**	**6.509**

2021

		Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado (1)		
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Créditos com partes relacionadas	Fornecedores	Obrigações com partes relacionadas	Receita Operacional	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
	a) / b) / c) / d)							
Telefônica Brasil		322	1.000	1.037	67	349	(748)	-
Telefônica IoT & Big Data Tech	e) / f)	-	1.208	299	-	-	(299)	1.208
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	h)	-	-	1.665	-	-	-	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	g)	-	-	734	-	-	-	-
Total		**322**	**2.208**	**3.735**	**67**	**349**	**(1.047)**	**1.208**

(1) Compreende o período de novembro e dezembro de 2021.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.
A seguir, apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31.12.22		31.12.21	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	43.242	43.242	15.724	15.724
Contas a receber (nota 5)	23.001	23.001	2.783	2.783
Créditos com partes relacionadas (nota 20)	7.723	7.723	2.208	2.208
Total de ativos financeiros	**73.966**	**73.966**	**20.715**	**20.715**
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 11)	32.465	32.465	6.276	6.276
Arrendamentos (nota 13)	1.714	1.714	1.933	1.933
Obrigações com partes relacionadas (nota 20)	33	33	67	67
Total de passivos financeiros	**34.212**	**34.212**	**8.276**	**8.276**

Política de gestão de riscos
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.
Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:
Risco de crédito
A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não grupo, a seletividade de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.
No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.
Gestão de capital
A gestão de capital da Companhia não se preocupa em manter um rating de crédito considerável perante as instituições financeiras, uma vez que os empréstimos são mantidos apenas com partes relacionadas.
Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.
O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.
Seguros
A política da TBrasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.
Em 31 de dezembro de 2022, os limites máximos de indenização para a Companhia (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela TBrasil) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros eram de R$9 milhões para riscos operacionais (com lucros cessantes).
O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA

Alex Martins Salgado
Diretor Presidente

Breno Rodrigo Pacheco De Oliveira
Diretor Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

Rodrigo Rossi Monari
Membro do Conselho de Administração

Gonzalo Martín-Villa Peña
Membro do Conselho de Administração

Elena Villar Guimerans
Membro do Conselho de Administração

CONTADOR

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente, a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 18 de abril de 2023.

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

Rodrigo Rossi Monari
Membro do Conselho de Administração

Gonzalo Martín-Villa Peña
Membro do Conselho de Administração

Elena Villar Guimerans
Membro do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDETES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica IOT, BIG DATA e Tecnologia do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de
caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 18 de abril de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4